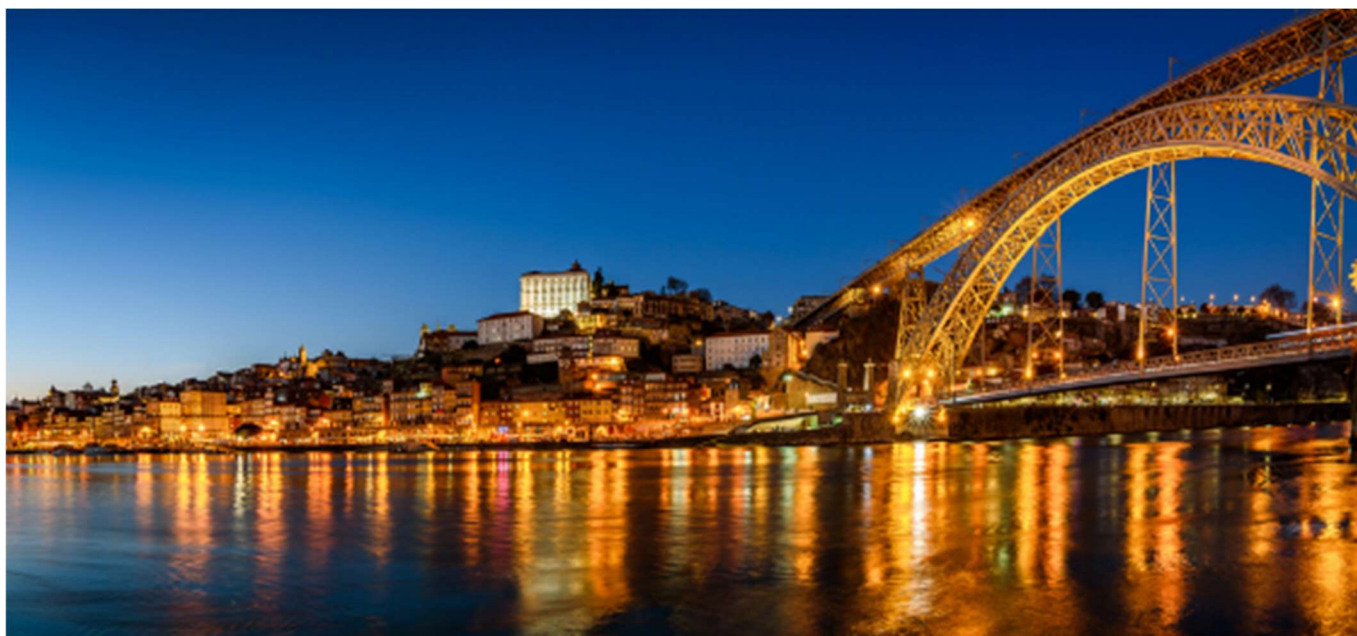




AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas

AECOPS
ASSOCIAÇÃO
DE EMPRESAS
DE CONSTRUÇÃO
OBRAS PÚBLICAS
E SERVIÇOS

Balanço de 2020 e Perspetivas para 2021



JANEIRO DE 2021



ÍNDICE

I. A ECONOMIA PORTUGUESA	3
II. A CONSTRUÇÃO EM 2020	6
2.1. Habitação	8
2.2. Não Residencial	10
2.3. Engenharia Civil	11
III. PERSPETIVAS PARA 2021	12
3.1. Habitação	13
3.2. Não Residencial	14
3.3. Engenharia Civil	15

I. A ECONOMIA PORTUGUESA

Após seis anos de crescimento, a economia nacional contrai mais de 8%.

O ano de 2020 ficou irremediavelmente marcado, a nível nacional, mas também a nível mundial, pela pandemia Covid-19, a qual originou, para além de outros efeitos nefastos, uma inesperada e acentuada quebra na atividade económica global.

A necessidade de adotar medidas de cariz sanitário para contenção da pandemia, associadas a comportamentos de maior precaução por parte dos diversos agentes económicos, levou a maioria das economias, e Portugal não foi exceção, a registar quebras nos PIB nacionais como há muitos anos não se assistia de forma tão generalizada.

Segundo as previsões para a **economia portuguesa** divulgadas pelo Banco de Portugal (BP), **o PIB terá registado uma quebra de 8,1% em termos reais, o dobro da redução**, já em si tão intensa, que a economia portuguesa registou em **2012**, -4,1%.

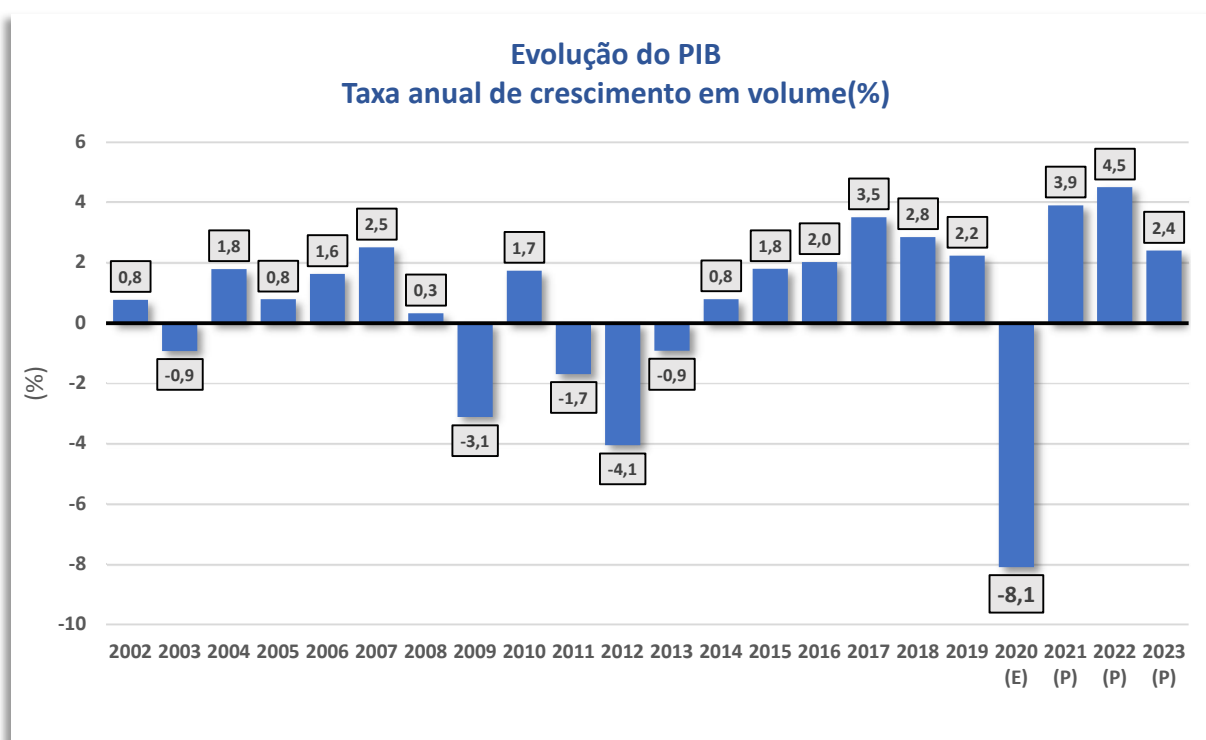
Com exceção do consumo público, todas as componentes do PIB registaram comportamentos negativos ao longo de 2020. A paragem parcial ou total, por períodos mais ou menos prolongados, de muitas atividades económicas, os confinamentos das populações e as fortes quebras nos rendimentos de parte muito significativa das famílias, quer em Portugal quer no estrangeiro, conduziram a reduções assinaláveis a nível da procura, tanto interna como externa.

O consumo privado terá sofrido uma redução de 6,8% em termos reais, uma evolução inédita nas décadas mais recentes. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma quebra de 2,8%, um valor ainda assim moderado, devido ao comportamento positivo do investimento em construção, o qual, em contraciclo, manteve um crescimento significativo ao longo de 2020 (+4,3% até setembro, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE).

Relativamente à procura externa, o impacto foi enorme, atingindo-se uma quebra de 20,1% no volume das exportações, face ao ano anterior. Por seu turno, a redução nas importações foi igualmente significativa, com um decréscimo de 14,4% em volume.

Ainda de acordo com as previsões divulgadas pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá retomar uma tendência de crescimento já em 2021, embora a evolução agora prevista para a economia continue a estar condicionada pela evolução da pandemia Covid-19 e pelas medidas restritivas entretanto adotadas.

Ainda assim, o Banco de Portugal antecipou em dezembro de 2020 crescimentos do PIB de +3,9% em 2021, de +4,5% em 2022 e de +2,4% em 2023.



Fontes: INE, Banco de Portugal

(E) – Estimativa (P) – Previsão

Em linha com a evolução negativa do PIB, o mercado de trabalho registou uma evolução desfavorável ao longo de 2020, com uma quebra no emprego total da economia (-2,4% até setembro, em termos homólogos) e um aumento na taxa de desemprego, de 6,4% para 6,7%, dos três primeiros trimestres de 2019 para igual período de 2020. Em termos absolutos, até setembro, contabilizaram-se, em média, 4.799 mil trabalhadores (-116 mil, em termos homólogos) e 343,5 mil desempregados.

Até novembro de 2020, o stock acumulado de crédito bancário concedido à totalidade das empresas registou um aumento homólogo de 5,7%, de acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, situando-se o montante global do crédito concedido em 72,1 mil milhões de euros no final desse mês.

No que concerne às empresas do setor da Construção, os dados apontam para uma ligeira redução do valor acumulado até novembro: -0,4%, face ao mês homólogo de 2019, ficando o seu montante próximo dos 7,3 mil milhões de euros.

Mesmo com todas as dificuldades vividas ao longo de 2020, quer pelas empresas quer pelas famílias, o montante de crédito de cobrança duvidosa manteve a tendência de redução que já vinha descrevendo anteriormente, situação a que não terá sido alheia, seguramente, a criação do regime de moratória pública, no âmbito das medidas excecionais de apoio à economia. Em novembro de 2020, e em termos homólogos, a variação era de -24% em relação ao total de crédito malparado e de -21% no caso do crédito de cobrança duvidosa relativo ao setor da Construção. Nesse mês, este montante rondava os 926 milhões de euros e pesava cerca de 13% do crédito concedido ao Setor, longe do pico

de 37% atingido em novembro de 2016.

O **nível de endividamento da economia portuguesa** voltou a evoluir de uma forma desfavorável ao longo de 2020, depois de uma trajetória de diminuição prosseguida nos últimos anos e que culminou, no final de 2019, com os rácios de peso da dívida no PIB em mínimos de vários anos.

Assim, em setembro de 2020, o endividamento do setor público não financeiro voltou a subir e correspondia a 164,3% do PIB (148,9% em dezembro de 2019), o endividamento das empresas privadas equivalia a 128,6% do PIB e o endividamento dos particulares a 68,7% do PIB nacional. Em dezembro de 2019 estes dois últimos rácios eram, respetivamente, de 122,7% e de 65,2%. Como consequência, em termos globais, o endividamento total do setor não financeiro subiu de 336,8% do PIB nacional, em dezembro de 2019, para 361,6%, uma evolução bastante desfavorável para a economia portuguesa.

O número total de insolvências de empresas voltou a subir em 2020, com 2.316 empresas a declararem insolvência, face a 2.255 no ano anterior, o que traduz um aumento de 2,7%. Relativamente às insolvências de empresas do setor da Construção, a evolução foi contrária, com um número menor de empresas a declararem esta situação ao longo do ano: 223 em 2020, menos 17 do que no ano anterior (uma redução de 7%).

Relativamente aos preços, assistiu-se a uma estagnação em 2020, com a variação do índice de preços no consumidor a situar-se em 0,0%.

PREVISÕES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL EM VOLUME (%)

	2019	2020 (E)		2021 (P)
	INE	INE	Banco de Portugal	Banco de Portugal
PIB	2,2	-8,2	-8,1	3,9
Investimento (FBCF)	5,4	-2,8	-2,8	4,4
IHPC (%) (*)	0,3	0,0		-0,2
Construção (%) (a)	6,0	2,5		2,2

(E) – Estimativa; (P) - Previsão

Fontes: Banco de Portugal (Bol. Económico – dezembro de 2020); INE (Contas Nac. Trim. –III Trim 2020); AICCOPN/AECOPS

(a) Evolução do Valor Bruto de Produção da Construção – AICCOPN/AECOPS

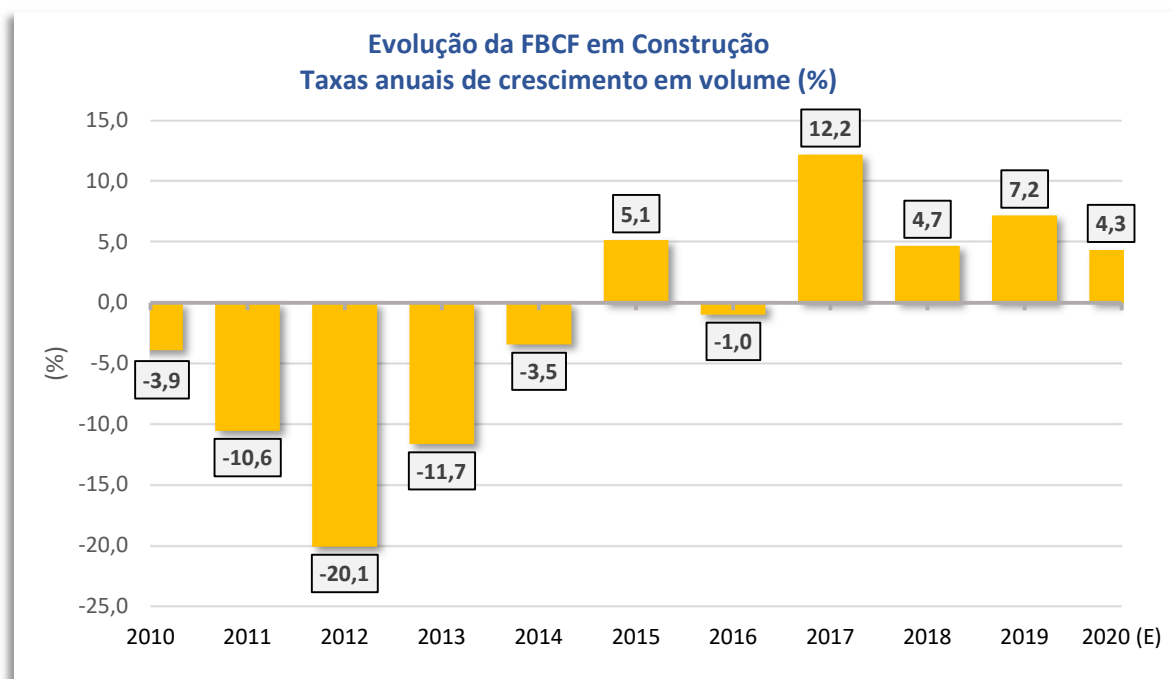
(*) variação do IPC – Total, no caso dos dados do INE

II. A CONSTRUÇÃO EM 2020

Setor da Construção resiste, supera expectativas e termina 2020 com um crescimento de 2,5%.

Com um enquadramento tão desfavorável a nível da evolução da economia ao longo de 2020, o investimento em construção manteve um comportamento positivo, se bem que registando uma evolução mais moderada do que nos anos imediatamente anteriores.

Após um crescimento médio anual de 8,0% entre 2017 e 2019, o investimento em construção registou, em 2020, uma evolução em redor dos +4,0%. Segundo os valores divulgados pelo INE através das Contas Nacionais Trimestrais, o crescimento da FBCF em construção atingiu os 4,3%, em termos reais, ao longo dos primeiros três trimestres de 2020, destacando-se das restantes componentes da FBCF pela positiva, dado que todas as outras componentes registaram evoluções negativas ou positivas, mas inferiores a 1,0%, nesse período.



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais

(E) – Estimativa

As estimativas elaboradas pela AICCOPN/AECOPS e relativas à produção no setor da Construção apontam para um valor global de produção de 13,7 mil milhões de euros em 2020, refletindo um crescimento, em termos reais, de 2,5% face a 2019. Este crescimento, sendo mais moderado do que o observado no ano anterior, vem prolongar o ciclo de crescimento que o setor da Construção está a viver desde 2017.

Na verdade, o setor da Construção demonstrou, ao longo de 2020, uma elevada resiliência aos constrangimentos causados pela pandemia, com as empresas a manterem em atividade uma parte



significativa, quando não a totalidade, da capacidade de produção instalada, garantindo desse modo um nível elevado de produção. Assim, concluiu-se o ano com uma estimativa de evolução da produção total do setor acima das melhores estimativas avançadas em junho de 2020 e que apontavam para um acréscimo residual (+0,6%) do volume de produção da construção em 2020.

Segundo as estimativas apresentadas, o crescimento acumulado da produção global do Sector no período 2017-2020 supera os 19% em termos reais, insuficiente, ainda assim, para anular a retração de 59% verificada no valor global da produção da Construção ao longo do período de recessão que se iniciou em 2002 e se prolongou até 2016.

O crescimento da produção do setor da Construção desde 2017 foi acompanhado por um aumento no número de trabalhadores da construção, o qual passou de 290 mil, em média, em 2016, para 300,4 mil trabalhadores, em média, nos três primeiros trimestres de 2020. No entanto, ao longo desse período de 2020 foi apurado um decréscimo homólogo de 2,3% no número de trabalhadores do setor, ainda assim uma quebra inferior à registada para o número total de trabalhadores (-2,4%). Como consequência, observou-se um aumento do peso do emprego da construção no emprego total, que subiu de 6,2% em 2019 para 6,3% até setembro de 2020.

Associado ao mercado de trabalho, importa ainda salientar que o aumento verificado no desemprego oriundo do Setor foi muito inferior ao acréscimo registado pelo desemprego total. No final de novembro e de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), estavam registados nos centros de emprego 23,6 mil desempregados oriundos da Construção, que representavam 6,5% do número total de desempregados inscritos (363,4 mil). Face ao mesmo mês do ano anterior, esse número total resulta de um aumento de 87,9 mil desempregados, com apenas 3,0% deles a serem oriundos da Construção.

Também o consumo de cimento tem registado uma evolução positiva desde 2017, com o crescimento anual mais intenso a registar-se em 2019 (+14,9%), quando se alcançou um consumo anual de 3.232 mil toneladas. Em 2020 prolongou-se essa tendência positiva, com um crescimento anual de 10,6% e 3.574 mil toneladas consumidas ao longo do ano.

No que respeita ao conjunto de entidades habilitadas para o exercício da atividade de Construção, quer em empreitadas de obras públicas quer em obras particulares, verificou-se um aumento de 1,3% em 2020 face ao ano anterior. Este acréscimo, que fez subir o número total de empresas habilitadas para os 53,2 mil, resultou de um aumento no número de alvarás ativos (+6,8% do que em 2019, para os 27,6 mil), dado que se reduziu o número de certificados atribuídos (-4,0% face a 2019, para os 25,6 mil).

A análise à informação disponível sobre insolvências de empresas permite concluir que o número de insolvências de empresas de construção durante o ano de 2020 foi menor do que o apurado em 2019 (223 e 240, respetivamente), contrariamente ao observado com o número total de insolvências ocorridas em empresas de todos os ramos de atividade (2.255 em 2019 e 2.316 em 2020, um acréscimo



de 2,7%).

Os dados divulgados pelo Banco de Portugal indicam que o stock de crédito concedido pelo sistema financeiro às empresas de construção ascendia a 7,3 mil milhões de euros no final de outubro de 2020, o que traduzia um decréscimo de 5,3% face ao período homólogo, uma evolução contrária à apurada para a totalidade das empresas privadas (+4,4%).

De assinalar que o montante de crédito malparado do Setor ascendia, no mesmo mês, a 946,3 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 38,3%, face ao montante registado em igual mês de 2019, e representando 13,0% do crédito concedido ao Setor, um peso bastante mais significativo do que o do total do crédito malparado face ao stock de crédito concedido à totalidade das empresas privadas (3,8%).

Em termos qualitativos, é de assinalar que as opiniões dos empresários do Setor relativamente ao nível de atividade das suas empresas, recolhidas através do Inquérito Mensal à Atividade promovido pelo INE, se traduziram num saldo anual de -16% em 2020, resultado bastante mais desfavorável do que os apurados nos dois anos anteriores (-4% em 2018 e -3% em 2019).

2.1. Habitação

Em 2020, o volume de produção do segmento residencial deverá ter rondado os 4,0 mil milhões de euros, após um crescimento de 4,5%, em termos reais, face ao ano anterior.

Num ano marcado pelos efeitos da pandemia associada à Covid-19, o segmento residencial manteve-se alvo de uma elevada procura nacional e internacional e continuou a beneficiar de taxas de juro historicamente baixas.

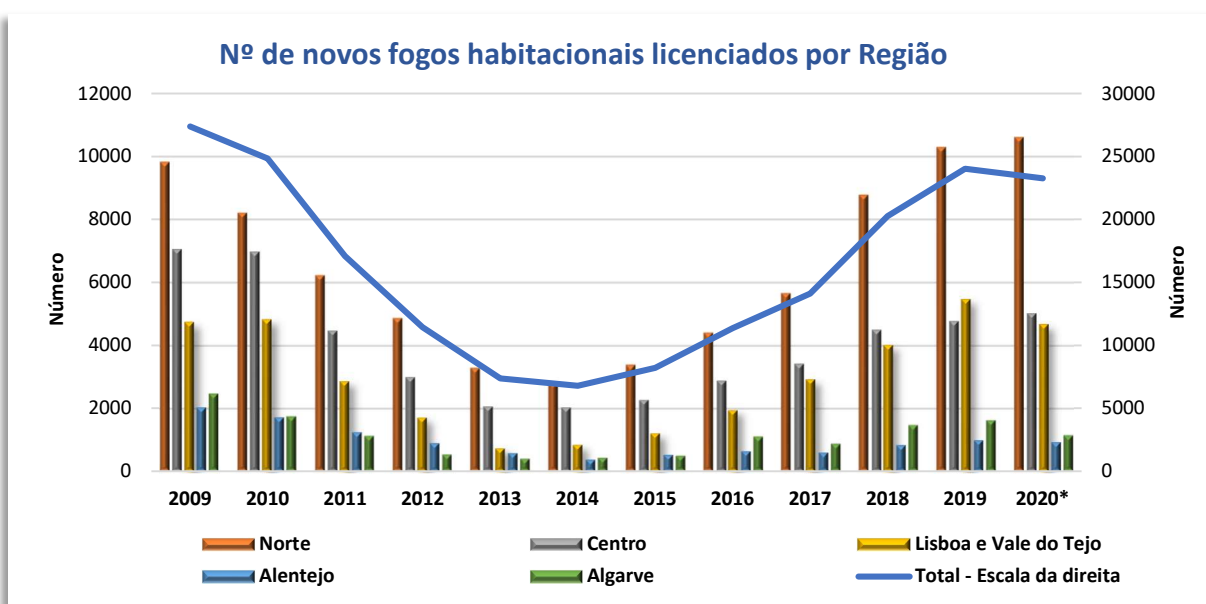
Como resultado desses fatores, as empresas que atuam neste segmento de atividade apresentaram um desempenho muito favorável, particularmente as que executam trabalhos de reparação/manutenção de edifícios residenciais.

Assim, em 2020, os trabalhos de reparação/manutenção de edifícios deverão ter assumido o papel mais dinâmico dentro do segmento residencial, evoluindo a uma taxa próxima dos 11% em termos reais e registando um volume de produção acima dos 1,6 mil milhões de euros, segundo as estimativas elaboradas pela AICCOPN/AECOPS.

De forma mais moderada, o volume de produção da construção nova de habitação deverá ter quase estagnado em 2020 (+0,2%) face ao volume verificado no ano anterior, período em que se tinha registado um forte crescimento do seu produto (+13,9%). Esta alteração no perfil de crescimento desta componente deverá ter sido fruto de decisões de adiamento de vários investimentos previstos anteriormente, resultantes da situação de grande incerteza vivida em 2020. Em termos absolutos, a produção estimada para esta componente nova da construção residencial deverá ter rondado os 2,3

mil milhões de euros em 2020.

De acordo com a informação disponibilizada pelo INE, o número de novos fogos habitacionais licenciados durante o ano de 2020 terá rondado os 23 mil, com um decréscimo de cerca de 3% face ao ano anterior, enquanto as conclusões de novos fogos habitacionais revelaram um crescimento sensível até setembro de 2020, com 12.604 fogos concluídos até então, traduzindo um acréscimo de 25,2% face ao período homólogo de 2019.



Fontes: INE, AICCOPN/AECOPS

(*) estimativa

Contrariamente às conclusões de fogos, os valores apurados pelo INE traduzem uma quebra, ao longo de 2020, ao nível do número de fogos transacionados, embora em termos de valor global das transações imobiliárias se registasse uma estagnação face a 2019. De acordo com os dados disponibilizados, transacionaram-se, até ao final de setembro de 2020, 122,1 mil fogos habitacionais (-7,7% em termos homólogos), num montante total de 18,7 mil milhões de euros, valor semelhante ao apurado em igual período de 2019.

A grande maioria (84%) das transações refere-se a fogos em “segunda mão”, tendo o seu número decrescido 9,0% face ao período homólogo. Por seu turno, os fogos novos registaram um decréscimo residual no número de transações: -0,1% ao longo dos três primeiros trimestres de 2020.

Da análise dos dados relativos à avaliação bancária da habitação, conclui-se que a variação dos preços de venda por m2 continua a crescer a um ritmo assinalável. Após uma variação anual de +11,7% em 2019, o crescimento em 2020 foi de 6,3% até novembro, com particular destaque nas regiões do Norte (+6,5%) e Algarve (com 7,3% de crescimento homólogo). A Região Autónoma da Madeira foi a área onde o crescimento foi menos intenso (um aumento de 2,5%), sendo o Algarve a região onde o preço



por m² é mais elevado em termos absolutos: 1.562 €/m².

Por último, importa referir que, segundo os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, a concessão de novos créditos para aquisição de habitação cresceu, comparativamente com igual período de 2019, 6,4% nos primeiros 10 meses de 2020, atingindo um montante de 9.073 milhões de euros

2.2. Não Residencial

Em 2020 a produção no segmento dos edifícios não residenciais deverá ter registado um decréscimo real de 0,5%, mantendo, à semelhança do ano anterior, um volume de produção de cerca de 3,4 mil milhões de euros. Este segmento de atividade foi o único que apresentou uma evolução negativa, segundo as estimativas da AICCOPN/AECOPS, em resultado direto da contração sofrida na sua componente privada.

Contrariamente ao registado nos cinco anos imediatamente anteriores, **a componente privada** deste segmento registou, em 2020, um decréscimo do seu volume de produção (-2,0%, face a 2019), rondando os **2,1 mil milhões de euros** a sua produção nesse ano.

Em contrapartida, **a componente pública**, com um crescimento real de 2,0% face ao ano anterior, **registou um volume de produção de 1,3 mil milhões de euros**, o que correspondeu a 39% da produção total do segmento da construção de edifícios não residenciais.

O desempenho desfavorável da componente privada deverá ser resultado do abrandamento, ou adiamento, de vários projetos, na sequência da quebra, ou mesmo paragem, de várias atividades económicas nas áreas do comércio e do turismo. Essa situação deverá igualmente estar na origem da quebra apurada, até ao final de outubro, na área licenciada para construção nova de edifícios não residenciais. Ao longo dos primeiros dez meses de 2020 foram aprovados 2,6 milhões de m², o que traduzia um decréscimo de 4,7% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A área licenciada para construção de edifícios destinados ao turismo foi mesmo a que registou a evolução mais negativa no período analisado, -45,0% em termos homólogos, seguida da área aprovada para construção de edifícios ligados à indústria: -21,2%, mas que se manteve, ainda assim, como principal destino da área licenciada até outubro de 2020: 32,5% do total.

A área para edifícios destinados a fins comerciais foi a que registou o maior aumento (+35,3%) e constituiu o segundo maior destino do licenciamento não residencial, 23,8% do total, logo seguida da área para fins ligados à agricultura, que cresceu 34,6% e correspondeu a 13,8% to total licenciado.

Relativamente à evolução da componente pública deste segmento da Construção, importa referir a evolução favorável do investimento público em 2020, que registou uma taxa de crescimento de 7,9% em termos homólogos até novembro, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças, através da publicação do Boletim de Execução Orçamental. Nos primeiros onze meses do

ano o montante global desse investimento atingiu os 4,1 mil milhões de euros, com uma parte significativa do mesmo a concretizar-se em trabalhos de construção.

2.3. Engenharia Civil

Em 2020 o segmento da engenharia civil deverá ter **registado um crescimento de 3,0% em volume, face a 2019, contribuindo, de forma decisiva, para a evolução bastante positiva que o setor da Construção revelou ao longo do ano.**

Em termos nominais, a sua produção deverá ter subido para os 6,4 mil milhões de euros, o que correspondeu a 46,5% da produção total do Setor em 2020.

Com base na informação disponibilizada no Portal Base, o mercado das obras públicas registou uma muito expressiva expansão em 2020, com o valor dos concursos de empreitadas de obras públicas promovidos a aumentar 22% face a 2019, enquanto o montante de contratos celebrados ao longo do ano cresceu acima dos 30%.

Em termos absolutos, ao longo de 2020 foram promovidos 4.964 concursos de empreitadas de obras públicas, no montante global de 4,8 mil milhões de euros, e foram celebrados mais de 10,8 mil contratos de empreitadas de obras públicas, com um valor global acima de 3,1 mil milhões de euros.

As opiniões dos empresários sobre o nível de atividade das empresas que se dedicam a trabalhos de engenharia civil traduziram-se, em 2020, num resultado menos desfavorável do que a média de resultados qualitativos apurados nos 3 anos anteriores. Na verdade, o saldo apurado em 2020 (-8%) revelou-se menos negativo do que os -9% apurados como média das opiniões fornecidas ao longo do período 2017 a 2019.

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

Taxas de variação anual (%)

	2019 (E)	2020 (E)	2021 (P) (*)
EDIFÍCIOS	7,9	2,1	-1,0
Residenciais	12,0	4,5	-1,0
Não Residenciais	3,6	-0,5	-1,1
Particulares	4,0	-2,0	-3,0
Públicos	3,0	2,0	2,0
Engenharia Civil	4,0	3,0	6,0
VBP DO SETOR	6,0	2,5	2,2

Fonte: AICCOPN/AECOPS

(E) – Estimativa, (P) – Previsão (*) – Ponto médio do intervalo de previsão

III. PERSPETIVAS PARA 2021

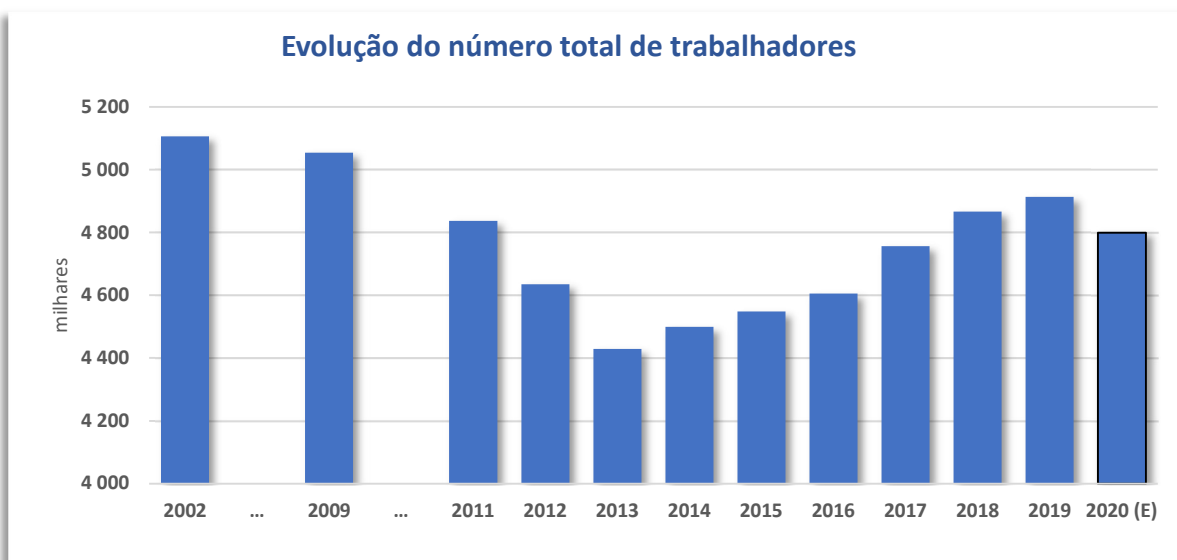
Construção deverá continuar a crescer em 2021, mas de forma mais moderada.

Segundo a generalidade das previsões divulgadas pelas principais entidades nacionais e internacionais que divulgam previsões de evolução económica, Portugal deverá regressar a uma trajetória de crescimento a partir de 2021, mas ainda num contexto de um elevado nível de incerteza quanto à evolução sanitária e económica a nível mundial.

Mais concretamente e de acordo com as projeções para a economia portuguesa divulgadas pelo Banco de Portugal em dezembro de 2020, após a quebra de cerca de 8% do PIB estimada para 2020, a economia deverá crescer 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023.

Segundo as previsões da Comissão Europeia, o PIB nacional deverá crescer 5,4% em 2021 e 3,5% em 2022, após a redução de 9,3% estimada para o PIB em 2020. Ainda segundo as mesmas previsões, a quebra do PIB da zona Euro terá sido de 7,8% em 2020, e crescerá 4,2% e 3,0% nos dois anos seguintes, permitindo assim, e a verificarem-se estas previsões, a aproximação da economia portuguesa à da média dos seus parceiros europeus, nesses 2 anos.

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, de dezembro de 2020, o emprego da economia deverá estabilizar em 2021 e voltar a evoluir de forma positiva a partir do ano seguinte (+1,3% em 2022 e +0,9% em 2023). Por seu turno, a taxa de desemprego deverá alcançar os 8,8% em 2021 e começar a baixar a partir daí, para os 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.



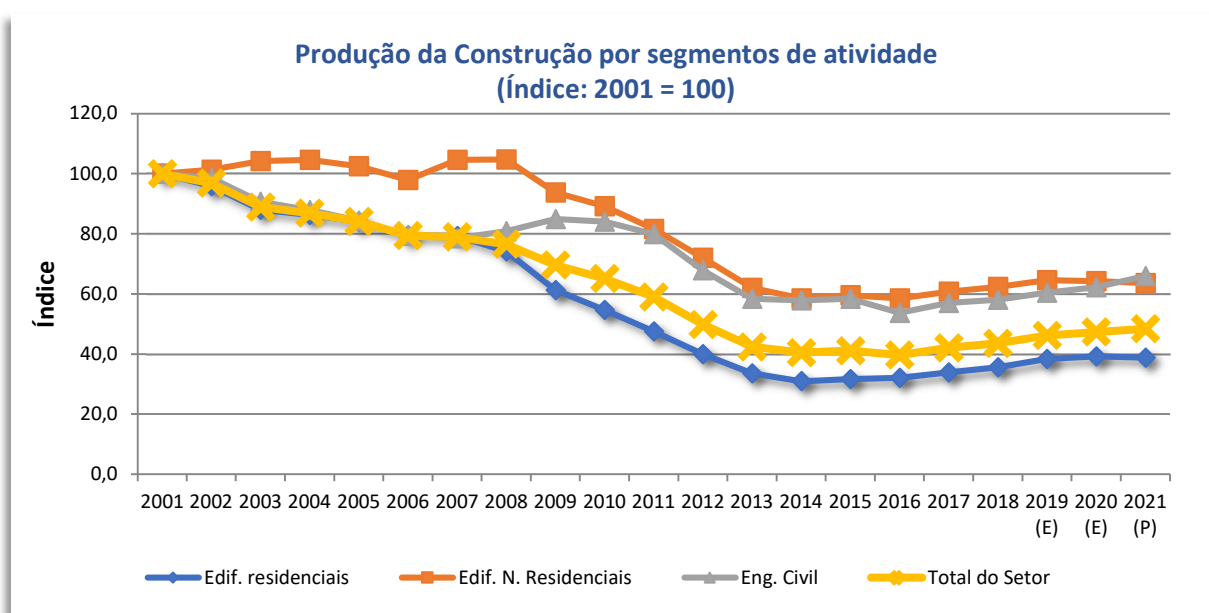
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

(E) – Estimativa de evolução do Banco de Portugal

Com o retorno do PIB a uma tendência de crescimento positiva em 2021, antecipa-se igualmente um crescimento da produção do setor da Construção para esse ano, embora ligeiramente mais moderado do que em 2020 (+2,2% e +2,5%, respetivamente).

As opiniões sobre a evolução futura da produção, expressas pelos empresários através do Inquérito Mensal à Atividade da responsabilidade do INE, atingiram valores anormalmente desfavoráveis em abril de 2020 (saldo de -62% em abril de 2020, em pleno confinamento da economia portuguesa), mas recuperaram para valores positivos nos dois trimestres seguintes. Assim, pode afirmar-se que os empresários encaram de forma positiva a evolução futura da produção do Setor.

A verificar-se a evolução prevista para 2021 pela AICCOPN/AECOPS, de **+2,2% em termos reais, o volume total de produção da Construção deverá ultrapassar os 14,0 mil milhões de euros em 2021**, com o **segmento da construção de edifícios a decrescer 1,0%**, para os 7,3 mil milhões de euros, e o **segmento da engenharia civil a aumentar 6,0%**, para os 6,8 mil milhões de euros.



Fonte: AICCOPN/AECOPS; (E) Estimativa, (P) Previsão

3.1. Habitação

Para 2021, as previsões apontam para um **decréscimo de -1,0% da produção do segmento da construção residencial**, uma situação que não ocorria desde 2014, quando a produção deste segmento deverá ter caído 10,0%. Desde então, a construção residencial iniciou uma significativa recuperação, que poderá agora vir a ser interrompida devido ao enquadramento de forte incerteza que se antevê para 2021 e que poderá conduzir a novos adiamentos, ou desistências, de diversos investimentos anteriormente previstos.

Para ambas as componentes deste segmento antecipam-se contrações no ritmo de atividade em 2021, com a componente de construção nova a registar uma quebra mais acentuada do que a dos trabalhos de manutenção/reabilitação (-1,5% e -0,3%, respetivamente).

De acordo com os dados sobre as transações imobiliárias, revelados pelo INE, o imobiliário revela um menor dinamismo, tendo sido transacionados 122,1 mil fogos habitacionais durante os primeiros nove meses de 2020, -7,7% do que em igual período de 2019. Desde o primeiro trimestre de 2020 que se vêm registando decréscimos homólogos no número de fogos transacionados (-1%, -22% e -2%, no 1º, 2º e 3º trimestres, respetivamente), o que não ocorria desde 2012.

A ter-se verificado até ao final do ano uma evolução idêntica à apurada até setembro, em 2020 devem ter-se realizado cerca de 167,5 mil transações de imóveis para habitação, o valor mais baixo dos últimos 3 anos.

Ainda assim e de acordo com os valores divulgados pelo Banco de Portugal sobre as novas operações de crédito para aquisição de habitação, o valor destas operações cresceu ao longo de 2020, atingindo uma variação homóloga de +6,4% até outubro. No entanto, o grande impulso para este crescimento verificou-se até março, +21,2% em termos acumulados, observando-se um abrandamento desde então.

Finalmente, os dados divulgados pelo INE e relativos ao número de fogos novos habitacionais licenciados ao longo de 2020 traduzem uma quebra de 3,2% até outubro. Desde 2014 que a série de fogos licenciados não registava uma redução, constituindo assim esta quebra um forte indício de que a atividade desta componente poderá vir a sofrer um abrandamento nos próximos meses.

No que concerne ao segmento dos trabalhos de reparação/manutenção, é esperada uma redução muito ténue no seu volume de produção (-0,3%), após um crescimento muito significativo em 2020 (+11,2%).

Na verdade, para além da redução no número de licenças emitidas para a realização deste tipo de obras (-9% até outubro), é importante notar que foi o número de transações de fogos habitacionais já existentes (os quais, em geral, são alvo de algum tipo de trabalho de reparação/manutenção) que mais caiu até setembro de 2020 (-9%, face a -0,1% no número de transações de fogos novos).

3.2. Não Residencial

Prevê-se que a produção do segmento da construção não residencial volte a registar uma quebra em 2021 (-1,1% em volume), após a contração de 0,5% observada em 2020. A evolução negativa da produção deste segmento resulta da quebra na atividade da sua componente privada (-3,0%, em termos reais, em 2021, após -2,0% no ano anterior), dado que a evolução da produção de edifícios não residenciais públicos deverá manter um crescimento semelhante ao de 2020, em redor dos +2,0%.

Na base do maior decréscimo previsto para a evolução da construção de novos espaços não residenciais privados, é de referir o indicador relativo às áreas licenciadas por destino de edifício, que, na globalidade, diminuiu 4,7% até outubro de 2020. De facto, em termos globais absolutos, foram licenciados menos 106,3 mil m² do que no mesmo período do ano anterior, com decréscimos nas áreas



licenciadas para edifícios destinados à indústria, turismo, transportes e uso geral.

Já a componente pública da construção de edifícios não residenciais deverá manter, em 2021, um ritmo de expansão semelhante ao de 2020, beneficiando do acréscimo esperado no montante de investimento público, parte dele potenciado pelas verbas que estão previstas no novo envelope financeiro que Portugal vai receber da União Europeia. Por seu turno, a evolução muito positiva do mercado das obras públicas ao longo de 2020, com crescimentos acentuados no lançamento de novos concursos de empreitadas de obras públicas, mas sobretudo no volume de contratos celebrados, contribuirá para o aumento da produção deste segmento.

De referir que, segundo as previsões da Comissão Europeia, o peso do investimento público no PIB atingirá os 2,9% em 2021, o valor mais alto dos últimos anos, o que traduz uma perspetiva favorável para a evolução do investimento público em Construção, quer na componente de edifícios, quer na de trabalhos de engenharia civil. Para 2022 a Comissão Europeia revela ainda um maior otimismo, ao prever que esse peso suba para 3,0%.

3.3. Engenharia Civil

A evolução prevista para a produção do segmento de engenharia civil em 2021 é muito positiva e traduz um reforço, para o dobro, da taxa de crescimento desta componente face ao ano anterior: de +3,0% estimados para 2020 deverá aumentar para +6,0% em 2021.

O reforço do peso do investimento público no PIB (de 2,5% em 2020 para 2,9% em 2021, segundo as previsões da Comissão Europeia), em resultado do acréscimo dos fundos comunitários inscritos no Portugal 2020 e do aumento expressivo dos valores associados ao mercado das obras públicas em 2020, particularmente do acréscimo superior a 30% no montante de contratos de empreitadas de obras públicas celebrados, constituem indícios fortes de um comportamento muito favorável do segmento da engenharia civil em 2021.

Na verdade, o comportamento do mercado das obras públicas em 2020 foi muito positivo, com crescimentos homólogos significativos, quer no número quer no montante, tanto nas obras lançadas a concurso, como nos contratos de empreitadas de obras públicas celebrados.

Por um lado, o montante global das 4.964 novas empreitadas de obras públicas lançadas a concurso em 2020 rondou os 4,8 mil milhões de euros, refletindo acréscimos de 24,2% em número e 21,5% em valor, face aos totais apurados em 2019.

Por outro, o valor global dos mais de 10,8 mil contratos de empreitadas de obras públicas celebrados ao longo de 2020 e que foram registados no Portal Base até 31 de dezembro rondou os 3,1 mil milhões de euros, refletindo acréscimos de 10,1% em número e 32,9% em valor, face aos totais apurados em 2019.

Por seu turno, as opiniões dos responsáveis das empresas que laboram no mercado das obras públicas e que respondem ao Inquérito Mensal à Atividade do INE apontam para uma carteira de encomendas relativa a este tipo de trabalhos superior a 14 meses de produção garantida, a mais alargada dos últimos 4 anos, e consideram que a evolução futura do emprego associado a este segmento é favorável, resultando das suas opiniões um saldo médio anual de +3,9% em 2020, face a um resultado de -6,3% apurado em 2019.

Em síntese, 2021 será certamente um ano ainda marcado pelos efeitos da pandemia Covid-19, com elevado grau de incerteza em diversos planos, desde o sanitário ao económico, e com incidência particularmente negativa ao nível social. Não obstante, e à semelhança do observado ao longo de 2020, **espera-se que a atividade do setor da Construção permaneça favorável, atingindo uma taxa de crescimento em redor dos +2,2% em termos reais.**

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

VARIAÇÕES HOMÓLOGAS (%)

	2016	2017	2018	2019	2020	Fontes e Observações
Consumos						
Cimento	-4,4	13,2	4,3	14,9	10,6	
Emprego	4,5	6,1	-0,2	-0,8	-2,3	"INE: Inq. Emprego" 2020 - I+II+III trimestres
Nível de Atividade Global (1)	-20	-9	-4	-3	-16	"INE"
Crédito à habitação						"Banco de Portugal"
Novas Operações de empréstimos para aquisição habitação	44,3	42,6	19,1	8,0	6,4	(2020 - Jan. a outubro)
Licenças para construção	11,9	11,3	19,7	5,6	-5,7	"INE"
Fogos novos para habitação	38,2	24,4	43,5	18,6	-3,2	(2020 - Jan. a outubro)
Outros trabalhos para habitação (2)	8,2	2,4	16,3	3,9	-8,8	
Fogos novos concluídos para habitação	9,4	2,1	45,4	24,0	25,2	"INE" (nova série) (2020 - Até set.)
Nível de atividade da construção de edifícios (1)	-15	-7	-7	-6	-21	"INE"
Concursos Públicos (Valor)						Portal Base - Observatório das Obras Públicas
Abertos	38,7	61,7	-7,3	53,1	21,5	
Adjudicados	16,2	54,7	2,5	27,8	32,9	
Nível de atividade Obras Públicas (1)	-32	-16	-7	-5	-8	"INE"
Perspetivas de produção (1)	-12	-4	8	3	-11	"INE"
Perspetivas de emprego (1)	-19	-10	1	-2	-4	"INE"

(1) Resultados dos Inquérito Mensal à Atividade das empresas de Construção (Saldo de Respostas Extremas)

(2) Inclui trabalhos de ampliação, transformação, restauração e demolição

Fontes: INE, Banco de Portugal, GPEARI-Min. Finanças, Portal Base, AICCOPN/AECOPS